



PRÁTICAS AVALIATIVAS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANTÔNIO GONÇALVES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

**Carla Liriel Veiga de Souza¹; Heloisa da Cruz Celestino¹; Renata Santana de Souza¹;
Rosângela Caires Viana²**

¹Licencianda no Instituto Federal Baiano (IF Baiano)–Campus Senhor do Bonfim/ Bahia, Brasil; lirielsouza004@gmail.com

¹ Licencianda no Instituto Federal Baiano (IF Baiano)–Campus Senhor do Bonfim/ Bahia, Brasil; heloisacruzcelestino@gmail.com

¹Licencianda no Instituto Federal Baiano (IF Baiano)–Campus Senhor do Bonfim/ Bahia, Brasil; renatassouza31@gmail.com

²Mestra em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA- UNEB); Professora EBTB Instituto Federal Baiano- campus Senhor do Bonfim- BA, Grupo de pesquisa Programa de Educação Inclusiva (PROGEI), e-mail: rosangela.viana@ifbaiano.edu.br

EIXO TEMÁTICO 8: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo relatar e analisar os processos avaliativos desenvolvidos na Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves (EFAG), localizada no semiárido baiano, a partir de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas com uma professora da área técnica e com o coordenador pedagógico da instituição. O estudo busca compreender de que forma a avaliação da aprendizagem é concebida e praticada no contexto da educação do campo, considerando os princípios da Pedagogia da Alternância e os desafios enfrentados pelas escolas rurais.

O problema de pesquisa que orientou o estudo parte da seguinte questão: como os processos avaliativos são organizados e vivenciados na EFAG e de que maneira se relacionam com a formação integral dos sujeitos do campo? Diante disso, o trabalho propõe compreender o papel da avaliação como mediação formativa, em contraposição à lógica classificatória tradicionalmente presente nas instituições escolares.

O estudo tem como objetivo geral analisar os fundamentos, critérios e instrumentos que compõem a política de avaliação da EFAG, identificando seus impactos sobre a aprendizagem e permanência dos estudantes. Como objetivos específicos, pretende-se compreender as concepções de avaliação presentes no discurso dos educadores, identificar os instrumentos utilizados no acompanhamento da aprendizagem, discutir as estratégias de superação das dificuldades dos estudantes e refletir sobre a coerência entre as práticas avaliativas e os princípios da Pedagogia da Alternância.

A avaliação escolar é um dos pilares da prática pedagógica e deve ser entendida como ato político e ético, que ultrapassa a simples mensuração de resultados. Segundo Luckesi



(2011), avaliar significa diagnosticar o percurso da aprendizagem para transformá-lo, e não punir o estudante. Na mesma direção, Hoffmann (2014) defende a avaliação mediadora, que se constitui em acompanhamento contínuo do processo educativo, permitindo a intervenção pedagógica quando necessária. Autores como Esteban (2002) e Villas Boas (2006) ressaltam a importância da avaliação como prática emancipadora e reflexiva, que rompe com o caráter excludente dos modelos tradicionais. No contexto da educação do campo, essa perspectiva ganha ainda mais relevância, pois a avaliação precisa considerar os saberes, os tempos e a realidade sociocultural dos sujeitos camponeses.

A Pedagogia da Alternância, adotada nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), é um referencial metodológico que articula o tempo-escola e o tempo-comunidade, possibilitando que o conhecimento científico dialogue com os saberes locais (REFAISA, 2020). Para Caldart (2012) e Molina (2014), essa pedagogia promove uma formação integral, vinculada ao território, e exige práticas avaliativas coerentes com essa dinâmica, centradas na vivência e no protagonismo do educando. Com base nesses pressupostos, a avaliação deve ser entendida como processo coletivo e dialógico, orientado pela construção de sentidos e pela valorização das experiências dos estudantes do campo, em consonância com os princípios freirianos de autonomia, diálogo e emancipação (Freire, 1996).

Nesse sentido, é possível estabelecer uma aproximação com as concepções presentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente nas reflexões de Arroyo (2005), que compreende os sujeitos da EJA como portadores de histórias, saberes e trajetórias que precisam ser reconhecidos nos processos educativos. Assim como na educação do campo, a avaliação na EJA não pode se restringir à aferição de notas, mas deve respeitar os tempos de aprendizagem, as experiências de vida e as condições concretas dos educandos, reafirmando a função humanizadora da escola. Essa perspectiva amplia o sentido formativo da avaliação e fortalece o compromisso ético com a inclusão e com a justiça social, princípios também defendidos pela Pedagogia da Alternância.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. O campo empírico foi a Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves (EFAG), instituição que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária, organizando-se segundo os princípios da Pedagogia da Alternância. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com dois profissionais estratégicos: o coordenador pedagógico, que também é professor de Língua Portuguesa, e uma professora da área técnica. As entrevistas foram realizadas presencialmente, com autorização dos participantes, gravadas e transcritas para análise textual.

O roteiro continha dezesseis questões abertas, elaboradas com base na literatura sobre avaliação da aprendizagem (Luckesi, 2011; Hoffmann, 2014) e nas diretrizes da educação do campo (BRASIL, 2013). As respostas foram submetidas à análise de conteúdo, buscando identificar convergências e divergências nas concepções e práticas relatadas.

As entrevistas revelaram que a EFAG desenvolve um modelo de avaliação coerente com os princípios da Pedagogia da Alternância, fundamentado na participação coletiva, no acompanhamento contínuo e na valorização das experiências locais. A professora da área técnica afirmou compreender a avaliação como parte integrante do processo educativo, destacando que prioriza o interesse e o esforço dos estudantes: “Eu avalio mais o interesse do aluno, porque entendo que o aluno do campo tem um pouco de dificuldade.” Essa fala demonstra uma visão inclusiva e processual da avaliação, que se afasta da lógica punitiva e privilegia o engajamento do estudante. Seus principais instrumentos avaliativos são



atividades escritas, exercícios práticos e trabalhos em grupo, frequentemente elaborados a partir de situações do cotidiano rural.

A docente relatou, ainda, que não reprova alunos, mas busca acompanhar individualmente aqueles que apresentam dificuldades: “Se eu vejo que ele está com dificuldade, eu chamo ele, explicou novamente e dou uma atividade mais simples.” Essa postura reafirma a concepção de avaliação como mediação pedagógica, em conformidade com Hoffmann (2014) e Perrenoud (1999), que destacam a importância do acompanhamento constante para garantir a aprendizagem significativa.

O coordenador pedagógico apresentou uma visão institucional da avaliação na EFAG. Ele explicou que a escola adota dois tipos de acompanhamento: a avaliação qualitativa, baseada na convivência, comportamento e registros pedagógicos; e a avaliação quantitativa, utilizada apenas como referência complementar. Entre os instrumentos utilizados, destacam-se o Caderno da Realidade (CR) e o Caderno de Acompanhamento (CA). O primeiro é de uso individual dos estudantes, onde relatam aspectos de sua vida e da comunidade; o segundo serve para registrar observações, avanços e dificuldades dos educandos ao longo do período letivo. Esses instrumentos permitem integrar o tempo-escola e o tempo-comunidade, elemento essencial da Pedagogia da Alternância.

Outro ponto relevante é a realização das assembleias quinzenais, nas quais alunos e professores avaliam conjuntamente o processo pedagógico: “A cada 15 dias a gente senta com a turma para avaliar a convivência, o desempenho e os conflitos. O estudante também avalia o professor.” Essa prática reflete o caráter dialógico e democrático da avaliação, promovendo o protagonismo dos estudantes e fortalecendo a gestão participativa.

Além disso, a EFAG utiliza os resultados das avaliações para desenvolver projetos pedagógicos de intervenção, voltados à superação de dificuldades específicas — como o projeto de leitura citado pelo coordenador. Essa dimensão diagnóstica e reguladora da avaliação demonstra o compromisso da escola com a aprendizagem e com a permanência dos alunos, em consonância com os princípios da educação emancipadora.

O coordenador também destacou uma posição crítica em relação às avaliações externas (ENEM e SAEB), afirmando que a escola não interrompe suas atividades para priorizar simulados ou exames padronizados. Tal postura reflete a busca por autonomia curricular e resistência à padronização, conforme apontam Dourado e Oliveira (2009). Assim, os resultados indicam que a EFAG constrói uma prática avaliativa contextualizada, participativa e formativa, que valoriza o estudante como sujeito histórico e produtor de saberes.

O estudo permitiu compreender que a avaliação na Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves é concebida como um ato formativo e ético, articulado à realidade dos sujeitos do campo. A utilização de instrumentos próprios, como o Caderno da Realidade, o Caderno de Acompanhamento e as assembleias coletivas, reforça a centralidade do diálogo e da reflexão no processo de ensino-aprendizagem. A postura dos educadores frente às dificuldades dos estudantes evidencia uma ruptura com o modelo classificatório tradicional, substituindo a reprovação por ações mediadoras e inclusivas. Essa prática reafirma a função social da escola do campo como espaço de emancipação, permanência e transformação social.

Por fim, a experiência da EFAG demonstra que é possível construir práticas avaliativas coerentes com os princípios da Pedagogia da Alternância, integrando escola e comunidade e promovendo uma educação comprometida com os saberes e com o território camponês. Essa concepção também dialoga com os fundamentos da EJA, ao reconhecer que toda trajetória educativa é marcada por histórias de resistência, trabalho e



luta, como destaca Arroyo (2011), reafirmando o direito de todos jovens, adultos e camponeses a uma educação significativa, libertadora e socialmente justa.

Palavras-chave: Avaliação; Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Escola Família Agrícola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 197-220.

BONDIOLI, Anna; SAVIANI, Dermeval. **Avaliação na educação infantil: perspectivas da Itália e do Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2013.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do campo: territórios de resistência e esperança**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas de avaliação da educação básica no Brasil: contradições e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 139–152, jan./abr. 2009.

EFAG – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANTÔNIO GONÇALVES. Projeto Político Pedagógico. Senhor do Bonfim, 2022.

ESTEBAN, Maria T. **Avaliação: entre o controle e a emancipação**. In: ESTEBAN, M. T. (org.). **Avaliação: pontos e contrapontos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 25. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLINA, Mônica C. Educação do campo e políticas públicas: trajetória e desafios. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 8, n. 15, p. 15-28, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, D. A.; ARAÚJO, E. Siqueira de Sá Barretto. A avaliação da educação básica no Brasil: avanços e impasses. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e022701, 2021.



PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens — entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

REFAISA – Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido. Caderno Formativo da Pedagogia da Alternância. Recife: REFAISA, 2020.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação da aprendizagem: compromisso com a mudança.** São Paulo: Cortez, 2006.

ZABALZA, Miguel A. **Didática no ensino superior.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas.** Porto Alegre: Artmed, 1998.